



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

# revista fsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 8, art. 11, p. 228-243, ago. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.8.11>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



MIAR



## Trabalhadores Líquidos? Reflexões Sobre o Trabalho a Partir do Pensamento Bauman

### Liquid Workers? Reflections on Work from Bauman's Thought

#### Thais França da Silva

Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra – Portugal  
Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa  
E-Mail: [thaisfrancas@gmail.com](mailto:thaisfrancas@gmail.com)

#### Cássio Adriano Braz de Aquino

Doutor em Psicologia Social da Universidade Complutense de Madri – Espanha  
Professor do da Universidade Federal do Ceará  
E-mail: [brazaquino@ufc.br](mailto:brazaquino@ufc.br)

#### Italo Emanuel Pinheiro de Lima

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC  
Mestrado em Psicologia pelo Universidade Federal do Ceará  
[italoeplima@gmail.com](mailto:italoeplima@gmail.com)

---

#### Endereço: Thais França da Silva

NUTRA/UFC – Av. da Universidade 2762 (Bl. Icaro Moreira) – Benfica, CEP 60180-020; Fortaleza-CE, Brasil.

#### Endereço: Cássio Adriano Braz de Aquino

NUTRA/UFC – Av. da Universidade 2762 (Bl. Icaro Moreira) – Benfica, CEP 60180-020; Fortaleza-CE., Brasil.

#### Endereço: Italo Emanuel Pinheiro de Lima

NUTRA/UFC – Av. da Universidade 2762 (Bl. Icaro Moreira) – Benfica, CEP 60180-020; Fortaleza-CE., Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues**

Artigo recebido em 15/05/2023. Última versão recebida em 06/06/2023. Aprovado em 07/06/2023.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



## RESUMO

Este artigo tem por finalidade apresentar considerações delineadas por Zygmunt Bauman sobre as novas configurações no mundo do trabalho, problematizando suas concepções e possibilidades, tendo por referente a passagem do século XX para o século XXI, como prenúncio da configuração atual. Para tanto são utilizadas algumas das obras mais representativas do teórico e estabelecidos diálogos com autores contemporâneos (na virada dos anos 2000) que se propõem a refletir sobre as transformações laborais, abrindo campos de reflexão ampliados, não restritos ou delimitados a uma única proposta de análise. O fio condutor de toda a nossa análise é o argumento de que as constantes mudanças percebidas no mundo do trabalho, neste momento, decorrem de processos sociais pretéritos e não propriamente em decorrência da vontade dos indivíduos. Para discutir acerca da relação entre o mundo do trabalho e o indivíduo na modernidade líquida, propomos uma reflexão que abarque aspectos sociais, psicológicos e fisiológicos do trabalho.

**Palavras-chave:** Bauman. Trabalho. Flexibilização. Imigração.

## ABSTRACT

This article aims to present considerations outlined by Zygmunt Bauman about the new configurations in the world of work, problematizing its conceptions and possibilities, having as a reference the turn of the century (XX-XXI) as a foretaste of the current configuration. The common thread throughout our analysis is the argument that the constant changing perceived nowadays in the world of work stem from previous societal processes and not really due to the will of individuals. To discuss about the relationship between the world of work and the individual, in liquid modernity, we propose a reflection that encompasses social, psychological and physiological aspects of work.

**Keywords:** Bauman. Work. Flexibilization. Immigration.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas neoliberais de flexibilização da economia vêm tornando-se cada vez mais usuais, tendo consequências diretas na estruturação do mercado laboral, principalmente no que diz respeito ao perfil dos trabalhadores, horários de trabalho e modalidades de contrato. Essa flexibilização tem reflexos também na intensificação do empobrecimento econômico de regiões historicamente pobres, no aumento da riqueza de regiões abastadas, acelerando o movimento de pessoas em busca de melhores oportunidades, qualidade de vida e dignidade.

Ao mesmo tempo, assiste-se ao aumento da mão de obra feminina, não em nome da igualdade de gêneros, mas sim porque o trabalho feminino no mercado laboral é legitimado como mais barato e sujeito a maior exploração. Reconhecemos, pois, que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho influenciam todas as esferas da sociedade, desde a concepção das diferenças entre sexos, a diversidade étnica e a estruturação das classes sociais.

Para pensar acerca de tais mudanças, optamos por debruçarmo-nos sobre as reflexões de Zygmunt Bauman, pois identificamos seus contributos como inovadores e enriquecedores para a análise da atual conjuntura. A leitura baumaniana sobre as metamorfoses ocorridas na sociedade nos últimos 30 anos, e especificamente no mundo do trabalho contemporâneo, é elucidativa para compreender a crise econômica e social dos dias presentes, uma vez que discutem questões como o aumento do desemprego estrutural, o crescimento galopante de atividades laborais em condições precarizadas e a possibilidade de perda da referência socializadora tradicionalmente cultivada pelo trabalho.

Antes de apresentarmos algumas das ideias centrais trabalhadas por Bauman, delineamos o estado da arte empírico dos cenários que fundamentam as reflexões teóricas apresentadas pelo autor para, posteriormente, mapearmos seu posicionamento frente a tais questões, finalizando com a conclusão acerca da análise baumaniana sobre o trabalho na atualidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Trabalho(s) em tempos de neoliberalismo

As transformações ocorridas nas diferentes esferas da economia capitalista nas últimas três décadas aceleraram o processo de reestruturação produtiva, atingiram diretamente as práticas políticas, culturais e econômicas e contribuíram para o aumento dos fluxos

migratórios. Provocaram, portanto, um rearranjo da sociedade, redefiniram atores sociais, instituições, processos e agendas, afetando diretamente o mundo do trabalho.

Segundo Kovács, Casaca, Ferreira e Sousa (2006), o triunfo do neoliberalismo, juntamente com a globalização da economia, o protagonismo crescente do capital financeiro, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, o enfraquecimento do movimento sindical, a nova divisão internacional e sexual do trabalho e o desmantelo da relação capital-trabalho são alguns dos principais elementos mobilizadores da crise do emprego atualmente.

Após a II Guerra mundial até os anos de 1970, viveu-se um desenvolvimento industrial único, sustentado na expansão da demanda, no aumento da produtividade e na racionalização técnico-organizativa voltada para obtenção de economias de escala mundial (KOVÁCS *et. al.* 2006). Nesse período, o modelo de produção dominante era o taylorista-fordista baseado, sobretudo, em uma rigidez técnico-organizacional e socioinstitucional. A produção era predominantemente estandardizada em massa, e o controle do trabalho rigoroso e intenso, assentava-se na relação salarial contratual por tempo indeterminado e juridicamente controlada. As negociações coletivas e a influência dos sindicatos eram de grande peso, contribuindo, dessa forma, para uma razoável estabilidade de emprego.

Ao final dos anos 70, o mundo deparou-se com uma grave crise econômica que precipitou toda uma reestruturação da sociedade. O modelo taylorista-fordista mostrou-se limitado e impeditivo para o aumento da produtividade laboral e para responder às restrições impostas pelo mercado. Concomitantemente, assistia-se ao esfacelamento parcial do Estado de previdência e, como consequência, à perda de direitos sociais já consolidados. Era a vitória do neoliberalismo, em que o mercado passou a agir como a instância de maior prestígio e poder legitimado pelo Estado.

A crise do modelo taylorista-fordista levou a uma reconfiguração dos modos de produção; juntamente com a globalização econômica, obrigou as empresas a encontrarem novas estratégias de produção que possibilitassem a adaptação adequada às novas demandas. Passou-se de uma produção em massa para uma de pequena escala, mais flexível e diversificada; exigindo trabalhadores polivalentes e mais qualificados, gerando novos padrões de gestão dos fluxos. As transformações de base técnica e a emergência e difusão, em escala global, de novos paradigmas de organização e de gestão da produção resultaram em uma busca desenfreada por redução de custos. O resultado de tal contexto foi a intensificação da desregulamentação laboral, acentuando a flexibilidade no trabalho e no emprego.

Atualmente, com ajuda do desenvolvimento das tecnologias de ponta, os novos modelos flexíveis de produção baseiam-se largamente na terceirização dos serviços. Com uma maior frequência, as empresas incorporam práticas de terceirização e externalização dos serviços – marketing, serviços de pós-venda, engenharia – seja através da contratação de empresas especializadas, ou através da integração desses quadros na própria empresa (KOVÁCS, *et. al.* 2006). De forma que, enquanto o setor terciário vem se configurando como uma fábrica de mão de obra para a indústria, esta última se coloca como um polo aglutinador de serviços. A empresa passa a se organizar não em função dos trabalhadores assalariados, mas sim de trabalhadores independentes prestadores de serviços. Para Estanque (2005), essas mudanças são mais significativas do que uma mera mudança na economia, uma vez que têm consequências diretas na estruturação das classes da sociedade e na produção subjetiva dos trabalhadores.

Não se trata de uma simples passagem de uma economia centrada na indústria para uma economia centrada nos serviços, mas sim do fim dos fordismos no contexto de uma economia *pós-industrial*, onde a indústria e os serviços convergem cada vez mais em direção a um sistema produtivo complexo, intensivo em tecnologias e recursos humanos, e orientado para a flexibilidade e qualidade, mas, ao mesmo tempo, gerador de novas segmentações e desigualdades (Estanque, 2005, p. 115).

Assim, ao longo das últimas três décadas, assistiu-se à proliferação massiva de uma série de diferentes modalidades de contratação, emprego temporário, contrato por tempo determinado, teletrabalho e trabalho autônomo, e, concomitantemente, à intensificação da presença feminina no mercado de trabalho remunerado. Essas mudanças corroboraram para uma maior segmentação e divisão da força de trabalho, levando ao aumento da desigualdade social e tendo, portanto, consequências em toda a organização da sociedade. Já o impacto das políticas de flexibilização do trabalho, nos termos da reestruturação produtiva, levou a uma deterioração das condições de trabalho, ao mesmo tempo em que aumentou a insegurança e instabilidade dos empregos.

Outro aspecto a ser ressaltado nessa nova configuração do mercado laboral relaciona-se à divisão entre força de trabalho qualificada e não qualificada, que se tornou cada vez mais evidente. As diferenças entre os “especialistas” e os “trabalhadores de chão de fábrica” tornaram-se cada vez maior, sobretudo no que diz respeito às modalidades de flexibilidade. Para os mais qualificados, a flexibilidade configura-se como uma possibilidade positiva para o desenvolvimento da carreira, ao mesmo tempo em que permite um controle do tempo de forma mais autônoma. Por outro lado, para os trabalhadores menos qualificados, a

flexibilidade é traduzida como piores remunerações, insegurança, vulnerabilidade e baixos níveis de proteção social. Na análise de Antunes (1995), estaríamos nos aproximando cada vez mais de uma polarização do mercado de trabalho: de um lado uma maioria de subproletários ligados a atividades fabris e ao setor de serviços, formado, principalmente, por trabalhadores subcontratados, terceirizados, com contratos de tempo parcial; e, do outro, uma minoria de trabalhadores superqualificados que exercem, principalmente, atividades intelectuais.

Garrido (2006) aponta que os mecanismos utilizados pelas empresas para viabilizarem a flexibilidade podem ser agrupados em quatro grandes estratégias: a) Numérica – relativa ao aumento ou à redução do quadro de forma rápida, barateando os custos da dispensa; b) Temporal - relativa às modificações rápidas na extensão das jornadas, como nos turnos de trabalho; c) Produtiva – relativa à adaptação das flutuações de demanda; e d) Funcional – relativa à polivalência dos trabalhadores, permitindo a rotação destes entre diferentes postos, em função dos interesses das organizações. O que há de comum em todas essas modalidades de flexibilidade é que elas vão ao encontro da velha rigidez do modelo fordista, que em sua grande maioria são formas de trabalho precárias.

Outra modalidade de trabalho que se desenvolveu com grande intensidade foi o trabalho em tempo parcial. Aqui se trata de um ajuste no tempo do trabalho que acaba por deixar os trabalhadores praticamente em relação de dívida com os empregadores, uma vez que, em geral, se dá com base em três fenômenos: volume de horário mais fraco, salário mínimo e horário instável. O trabalho em tempo parcial tem sido fortemente incentivado pelos governos, como uma forma de diminuir o nível do desemprego, contudo, uma análise crítica constata que, na verdade, essas práticas legitimam uma forma de desemprego parcial, auferem baixos salários e dificultam processos de desenvolvimento de carreira (KOVÁCS, *et. al.*, 2006).

Ainda que a maioria dessas formas de emprego (temporário, parcial, contrato) não sejam novas, e durante muito tempo tenham coexistido juntamente com a clássica relação laboral fordista, elas chamam a atenção pela frequência, intensidade e níveis de precariedade com que aparecem nos dias atuais. De acordo com Antunes e Alves (2004), a flexibilização, a informalização e a precarização das condições de trabalho, a desregulamentação do direito ligado ao trabalho e a proteção e o aumento de trabalhadores desempregados são as principais características da nova configuração do mundo do trabalho. Tal como apontam Alves (2011) e Cingolane (2006), diante da atual crise econômica, a precarização do trabalho vem se alastrando por todos os setores, incluindo os segmentos mais qualificados. Assiste-se não

apenas a um processo de dismantelamento das relações de trabalho, mas também a um processo de vulnerabilização e precarização social.

Conclui-se, assim, que as mudanças engendradas pelo neoliberalismo no mundo do trabalho mostram-se como nocivas para a maior parte dos trabalhadores, aumentando sua vulnerabilidade e fragilidade diante das práticas exploratórias e levando à perda de direitos já consolidados.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 Trabalho(s) em tempos de modernidade líquida

Quando Bauman decide abandonar o termo “pós-modernidade”, utilizando em seu lugar “modernidade líquida” (2000), o autor se aproxima das questões concernentes à expansão do mercado, consequências do trabalho flexível e temporário, novos níveis de pobreza, redefinição das classes sociais e contradições relativas ao consumo. Segundo o autor, a fluidez é a metáfora acertada para a nossa sociedade, uma vez que as novas formas de organização social e da produção não estão fixadas nem em um espaço e nem dependem de um tempo específico, tal qual os líquidos, conformam-se de acordo com a situação.

Para o autor, nossa sociedade caracteriza-se como uma sociedade líquida e moderna, uma vez que as mudanças são tão rápidas que impedem os indivíduos de segui-las à medida que acontecem. Trata-se, pois, de uma realidade com características particulares dos fluídos: a inconstância e a mobilidade. Essa nova configuração da sociedade se apoia em táticas pré-determinadas e solidificadas, não comportando tradições ideológicas. Aqui, poucas coisas são pré-determinadas e, menos ainda, irrevogáveis bem como poucas derrotas são definitivas e, raríssimos contratempos, irreversíveis; em contrapartida, nenhuma vitória é, tampouco, final.

The passage from the ‘solid’ to a ‘liquid’ phase of modernity: that is, into a condition in which social forms (structures that limit individual choices, institutions that guard repetitions of routines, patterns of acceptable behaviors) can no longer (and are no expected) to keep their shape for long, because they decompose and melt faster than the time it takes to cast them, and once they are cast for them to set (Bauman, 2007, p. 1).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A passagem da fase “sólida” para a fase “líquida” da modernidade, ou seja, para uma condição em que as formas sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que guardam repetições de rotinas, padrões de comportamentos aceitáveis) não podem mais (e não se espera que mantenham) manter sua forma por muito tempo, porque se decompõem e derretem mais rapidamente do que o tempo necessário para moldá-las e, uma vez moldadas, para que se fixem.

As recentes reestruturações pelas quais o capitalismo vem passando implicam um aumento da flexibilidade e descentralização da produção, abertura das economias nacionais aos mercados mundiais com prioridade às políticas de exportação. Mudanças essas que resvalam na geografia, composição e estrutura global da economia. Assim, comumente, enfatiza-se que uma das principais características da sociedade contemporânea é sua imersão em um contexto globalizado, em que, aparentemente, espaço e temporalidade são indissociáveis, as fronteiras geográficas e os limites de mercado apresentam-se cada vez mais fluídos, e as pessoas circulam livres e rapidamente por diferentes espaços (BAUMAN, 1998a).

De acordo com Bauman, os parâmetros de definição da organização da sociedade também foram afetados; se anteriormente vivíamos em uma sociedade de produção, agora estamos imersos em uma sociedade do consumo. E a grande diferença entre elas é que, na primeira, seus membros eram identificados primeiramente como produtores, era a capacidade de produzir que definia os diferentes atores. Enquanto que na sociedade líquida-moderna é a capacidade de consumir que determina e molda os sujeitos. O padrão principal de exclusão da sociedade é o não consumir. Diferente do que acontecia na sociedade de produção, onde os excluídos eram os desempregados, na sociedade do consumo, os não consumidores é que são excluídos.

In the industrial phase of modernity one fact was beyond all questioning: that everyone must be a producer first, before being anything else. In 'modernity mark two', he consumers' modernity, the brute unquestionable fact is that one needs to be consumer first, before one can think of becoming anything in particular (Bauman, 1998b, p. 26).<sup>2</sup>

Para o autor, se a modernidade foi caracteriza pela rigidez de suas instituições, o presente caracteriza-se pelo oposto, pela fugacidade de suas formas. Atualmente, os antigos pilares que estruturavam a sociedade – Estado, família, igreja, escolas/universidades, empresas nacionais – mesmo que não possamos afirmar que foram totalmente destruídos, vêm sendo redefinidos e reconstruídos a todo instante e com uma velocidade jamais vista.

A partir dessa compreensão da atual configuração da nossa sociedade como fluída e não-rígida, é que Bauman situa sua compreensão de trabalho. Para o autor, o paradigma clássico da sociedade de produção – modernidade sólida – do trabalho como meio de

---

<sup>2</sup> Na fase industrial da modernidade, um fato estava além de qualquer questionamento: todos deveriam ser produtores antes de qualquer outra coisa. Na "modernidade marca dois", a modernidade dos consumidores, o fato bruto e inquestionável é que é preciso ser consumidor primeiro, antes de pensar em se tornar qualquer coisa em particular.



obtenção de cidadania, constituição de segurança social e identificação não é mais possível diante dos novos desenhos das relações estabelecidas na sociedade.

Despidos de seus adereços escatológicos e arrancado de suas raízes metafísicas, o trabalho perdeu a centralidade que se lhe atribuía na galáxia dos valores dominantes na era da modernidade sólida e do capitalismo pesado. O trabalho não pode mais oferecer o eixo seguro em torno do qual envolver e fixar autodefinições, identidades e projetos de vida. Nem pode ser concebido com facilidade como fundamento ético da sociedade, ou como eixo ético da vida individual (BAUMAN, 2000, p. 160).

Se o fordismo era inflexível, baseado em uma sociedade regulada, trabalhadores especializados em uma determinada função, produção e consumo em massa, no pós-fordismo, prevalecem outros princípios: flexibilidade, trabalhadores capazes de desempenhar diferentes funções e produção segmentada, voltada para nichos específicos de consumo. Se no fordismo fábricas eram fisicamente sólidas e concretas, ancoradas a um espaço geográfico, tinham uma identidade nacional sólida e bem definida, na era da produção flexível, as empresas são menos rígidas, os processos maleáveis e se apresentam como transnacionais. Suas estruturas físicas são igualmente móveis, permitindo às empresas deslocarem-se sempre que necessário, em busca de mercados mais atraentes, melhores investimentos e mão de obra mais barata.

Foucault (1987) utilizou-se do Panóptico como a metáfora de poder na modernidade. Os prisioneiros eram confinados e presos nas suas camas e celas, e os vigilantes ditavam o tempo, o ritmo e a disciplina que os internos deviam seguir. Contudo, nem os vigilantes estavam completamente livres, pois eles tinham a obrigação de cuidar dos internos. Esse modelo requeria investimentos para construir e manter as instalações físicas, o bem-estar dos prisioneiros e dos vigilantes, ao mesmo tempo em que associava de forma inseparável tempo e espaço. Era necessário estar fisicamente presente durante todo o período de vigília para que se assegurasse o cumprimento das normas e disciplina (BAUMAN, 1998).

De acordo com Bauman (2000, 1999), atualmente essa fase foi superada e estamos em uma era pós-panóptica, em que o mecanismo de controle é o sinóptico. Esse mecanismo, ao contrário do seu antecessor, não está no estabelecimento, tem um caráter global e os vigilantes não estão fisicamente presentes, mesmo assim, os “internos” ainda são observados. Nas palavras do autor:

O fim do panóptico é o arauto do *fim da era do engajamento mútuo*: entre supervisores e supervisionados, capital e trabalho, líderes e seguidores, exércitos em guerra. As principais técnicas de poder são agora a fuga, a astúcia, o desvio, a evitação, a efetiva rejeição de qualquer confinamento territorial, com os complicados corolários de construção e manutenção de ordem, e com a

responsabilidade pelas consequências de tudo, bem como com a necessidade de arcar com os custos (BAUMAN, 2000, p. 18).

Nessa mesma lógica, durante a modernidade, capital e trabalho também se encontravam mais fortemente atrelados. A sobrevivência dos trabalhadores dependia diretamente de seu emprego, a produção e o crescimento do capital estavam ligados à performance dos trabalhadores.

Com a liquidificação da modernidade, assistiu-se a um enfraquecimento da relação capital-trabalho. O capital passou a reproduzir-se e a recriar-se de forma quase que autônoma e livre de compromissos com o local de trabalho e com os trabalhadores. E ainda que essa liberdade não fosse na intensidade desejada, uma vez que alguns vínculos mínimos ainda permaneceram, ela foi bastante impactante na configuração da sociedade. A economia atual aprendeu como reproduzir e aumentar lucros e a cortar custos de investimentos nos trabalhadores.

Enquanto o trabalho continua sendo local, seu antigo *partner*, o capital, assume-se como global, encontra-se livre para viajar através de todo o globo em busca de lugares que lhe façam uma melhor oferta de crescimento, com menos regras e encargos sociais. Essa capacidade do capital de colocar-se como global, frente aos trabalhadores locais, faz com que surja uma assimetria entre esses dois atores, o que termina por possibilitar a dominação do primeiro sobre o segundo (BAUMAN, 1998a).

O capital tornou-se exterritorial, leve, desembaraçado e solto numa medida sem precedentes, e seu nível de mobilidade espacial é na maioria dos casos suficiente para chantagear as agências políticas dependentes de território e fazê-las se submeterem a suas demandas (Bauman, 2000, p. 173).

À medida que o capital se internaliza, surge uma classe capitalista transnacional que usufrui dos benefícios dessa “compressão espaço-temporal” e desliza livremente por essa nova configuração geográfica, ou a modifica quando lhe é conveniente. Em paralelo, existe outra classe, formada por grupos economicamente menos favorecidos; imigrantes, refugiados que, apesar de deslocaram-se de seus espaços, não estão livres para escolher suas trajetórias e camponeses desempregados que continuam presos localmente (SANTOS, 2001).

Bauman (1997, 1998a) compartilha com Santos a ideia de que a atual possibilidade de movimento não é igual para todos os cidadãos, devendo ser vista por duas perspectivas diferentes: aqueles que escolhem os seus destinos, quando e como viajar; e aqueles que não têm direito de escolha e por vezes são expulsos do lugar em que gostariam de ficar. Se para

alguns indivíduos de certas regiões do globo, a exigência de apresentação de documentos foi praticamente abolida, como no caso dos cidadãos europeus viajando por países da União Europeia, ou dos membros do MERCOSUL transitando entre os países do cone sul da América, para outros tornou-se quase impossível sair de suas localidades em busca de outras aventuras; latinos que desejam ir para os Estados Unidos; marroquinos que tentam entrar na França. Há ainda grupos para quem permanecer onde estão não é uma possibilidade, por motivos diversos: perseguições políticas, desastres ambientais e restrições econômicas os obrigam a partir.

Com base nessas observações, Bauman (1997, 1998a) propõe duas classificações para as experiências de deslocamento: turistas e vagabundos. Os turistas são aqueles que escolhem viajar, a trabalho ou a lazer, transitam a seu bel-prazer. Deixam um lugar quando novas oportunidades ainda não experimentadas acenam em outra parte. Acreditam-se livres e independentes para escolherem seus percursos. Os vagabundos, por sua vez, são impelidos a estarem em movimento, são empurrados a mudar de lugar, pois não lhes é dada nenhuma outra opção que não seja a de ir. Eles são turistas involuntários, desenraizados das suas terras e dificilmente bem acolhidos em outro lugar. “Os turistas se movem porque acham o mundo ao seu alcance (global) irresistivelmente atraente. Os vagabundos se movem porque o mundo ao seu alcance (local) é insuportavelmente inóspito. Os turistas viajam porque querem; os vagabundos não têm uma outra opção suportável” (BAUMAN 1998a, p. 101).

A ideia de flexibilidade difundida pelas novas práticas de gestão neoliberais está associada com a redução de hierarquia, descentralização, novas tecnologias, círculos de qualidade. Em teoria, isso deveria promover uma maior autonomia para os trabalhadores, deixando-os livres para conciliarem sua vida no trabalho e na família. Contudo, apenas alguns poucos trabalhadores – turistas –, aqueles em postos bem qualificados e especializados, podem usufruir dos benefícios trazidos por essa flexibilização. Os trabalhadores menos qualificados – vagabundos – vivem a chamada “flexibilização” como “precarização”, uma vez que seus contratos em geral são temporários, com as piores remunerações e não incluem nenhum dos direitos sociais.

Para Bauman, os *vagabundos-trabalhadores* são menos flexíveis e mais descartáveis. Podem ser substituídos a qualquer momento sem que haja muitos problemas ou complicações para as empresas. Podem, mais ainda, ser demitidos sempre que a atividade comercial diminuir, visto que sua capacidade de articulação e negociação coletiva é praticamente inexistente. Por fim, não conseguem reivindicar melhores condições de trabalho ou de

contratação porque existem tantos outros trabalhadores desempregados como eles, prontos para assumirem seus postos de trabalho, independentes das condições oferecidas (1998b).

Pode-se dizer, portanto, que para Bauman, em virtude das mudanças que afetaram a estrutura da sociedade, e conseqüentemente remodelaram o mundo laboral, o trabalho perdeu sua centralidade e sua eficiência, não sendo mais, portando, capaz de posicionar-se como eixo de definição das identidades, projetos de vida. Ao mesmo tempo em que não pode mais ser concebido *descuidadamente* como fundamento das relações sociais ou como eixo ético da vida industrial. Na modernidade líquida, a função social do trabalho não é a de enobrecer ou tornar os homens seres humanos melhores, e raramente alguém é elogiado e admirado por ser trabalhador e possuir emprego. Para o autor, são os signos do consumo que ocupam o lugar antes do trabalho, os objetos que contribuem para a definição da identidade, de forma bem mais determinante do que já foi o trabalho um dia.

É importante ressaltar também que, para o autor, o poder global de barganha dos trabalhadores em relação ao capital sucumbiu, pois a pressão da força de trabalho só poderá ter efeito local, e o local constitui apenas um meio para a reprodução transitória do capital. Enquanto a dependência entre trabalho e capital mostrava-se mútua, o poder de negociação dos trabalhadores era mais forte e sólido, os sindicatos tinham condições e respaldo para lutarem a fim de assegurarem direitos laborais e transformar os regulamentos impostos pelos empregadores (BAUMAN, 2000). À medida que a liquidificação dos sólidos se acelera e traz consigo novas formas de exploração do trabalho, as antigas formas de ação de resistência sindical vão, aos poucos, tornando-se obsoletas.

Em síntese, com relação à ligação entre capital e trabalho, temos que, durante a modernidade sólida, o trabalho era tido como um instrumento crucial na organização da sociedade, ademais, na esfera individual, era fator primordial de construção da identidade. Contudo, atualmente, em tempos de *modernidade líquida*, o que temos é um esfacelamento do trabalho como peça fundamental nesse processo; o trabalho perde sua centralidade e passa a figurar com uma possibilidade de inserção na sociedade, inferior às práticas do consumo. O capital migra do mercado de trabalho para o mercado consumidor, e é para eles, consumidores, que passa a dedicar-se com mais atenção. Bauman sustenta, pois, que na modernidade líquida o trabalho estável encontra-se em vias de extinção.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da falência do modelo taylorista-fordista, o mundo do trabalho sofreu inúmeras transformações, inaugurando diversas escolas que se propuseram a repensar o papel do trabalho na sociedade contemporânea. Os debates em torno dessa questão centram-se basicamente em dois polos: o fim da atividade laboral ou da centralidade do trabalho.

Toni (2008) faz um resgate das ideias de alguns teóricos como Rifkin, Gorz, Beck, para quem a perda da centralidade do trabalho como elemento estruturante das relações sociais e da construção identitária dos sujeitos é uma realidade. Rifkin afirma que com o desenvolvimento das novas tecnologias e os novos métodos de gestão e organização vive-se a eliminação do trabalho e do processo de produção. Para o autor, enquanto o trabalho de produção não for totalmente extinto coexistirão lado a lado os trabalhadores do conhecimento, altamente qualificados, e os trabalhadores em situações precárias. Simultaneamente, as forças sindicais e as relações sociais serão solapadas e enfraquecidas pelo mercado. Consequentemente, com a dissolução de um dos seus elos de integração social mais forte – o trabalho – é a própria sociedade que corre o risco de desaparecer.

A perspectiva de Gorz baseia-se na ideia de que o trabalho nunca foi a fonte primordial de integração social, que esteve voltado, primordialmente, para a necessidade da sociedade e não dos indivíduos. O autor afirma que o trabalho cumpre uma função social na lógica de produção e reprodução da ideologia dominante. Para ele, a concepção de trabalho tradicional segue uma lógica opressora e constrangedora, não se tratando de uma atividade que possibilite a realização ou desenvolvimento pessoal do trabalhador.

Ainda na perspectiva do fim do trabalho, Beck argumenta que, na atual sociedade, o trabalho depende cada vez mais das novas tecnologias e a produtividade descola-se do trabalho humano, gerando instabilidade, uma vez que os trabalhadores podem, facilmente, ser descartados. Desemprego, subemprego e relações laborais precárias são consequências da configuração das formas de organização atual da sociedade.

Anuncia-se, assim, o fim do trabalho assalariado e o surgimento de novas relações laborais, outras formas de integração ou de exclusão social. É dentro dessa perspectiva que localizamos a posição baumaniana em relação à centralidade do trabalho na nossa sociedade.

A pessoa em tempos de modernidade líquida é medida e avaliada por sua capacidade de entreter e alegrar, satisfazendo não tanto a vocação ética do produtor e criador quanto a necessidade e desejos estéticos do consumidor que procura sensações e coleciona experiências (BAUMAN, 2000, p. 160).

Apesar do interesse pela crítica baumaniana acerca das mudanças ocorridas na sociedade e suas consequências, e no reconhecimento do caráter inovador de suas análises, no que diz respeito ao lugar do trabalho na sociedade, entramos em desacordo. Apesar das transformações trazidas com o desenvolvimento das novas tecnologias, do esgotamento da relação fordista, do surgimento de novas formas de organização do trabalho e da importância crescente que outras esferas do social vêm assumindo – diferença sexual, racial, religiosa, étnica – sustentamos, juntamente com outros autores – Castel, Castillo, Estanque, Kovács, Antunes – que o trabalho continua a figurar como elemento central na organização da sociedade.

Mas ele [o trabalho] permanece como a principal via de subsistência de preservação da autoestima e de busca de reconhecimento social, num processo em que as novas sujeições e formas de exploração parecem ressuscitar problemas humanos que se julgavam ultrapassados (Estanque, 2005, p. 114).

Essa outra corrente de pensamento advoga a ideia de que, apesar das mudanças econômicas, políticas e sociais que levaram a uma reestruturação dos modos de produção e à fragmentação do trabalho organizado, o trabalho remunerado é ainda elemento fundamental na vida das pessoas e na sociedade. Continua a apresentar-se como peça central na coesão social, permanecendo como campo principal de organização das desigualdades e como elemento estruturante da sociedade e das atividades produtivas.

De acordo com Castillo, a revolução tecnológica não aboliu e nem abolirá as formas de trabalho assalariado, ela contribuiu, na verdade, para a degradação das condições de trabalho e um aumento da vulnerabilidade, o que não significa que o trabalho tenha perdido sua centralidade. “Não estamos perante o fim da sociedade do trabalho, nem sequer perante uma extinção do papel do valor do trabalho: trabalho fluído, disperso, invisível, intensificado, desregulamentado, mas afinal, de contas, trabalho” (CASTILLO, 1998, p. 149).

Compartilhamos, pois, da ideia de que o trabalho está intimamente ligado à noção de cidadania, sendo, ainda, uma peça imprescindível de coesão e integração social. Portanto, mesmo que novas formas de organização do trabalho e das formas de produção surjam e corroborem para um redesenho das relações sociais, o trabalho continuará a ser uma das referências econômicas, psicológicas, culturais e simbólicas dominantes na nossa sociedade (CASTEL, 1998).

**BIBLIOGRAFIA**

- ALVES, G. (2011). **Trabalho e Subjetividade** - O "espírito do toyotismo" na era do capitalismo manipulatório. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo.
- ANTUNES, R. (1995). **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2ª ed. - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- ANTUNES, R; ALVES, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol 25, n. 87, pp. 335-351.
- BAUMAN. Z. (1997). **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- BAUMAN, Z. (1998). **Globalização e as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- BAUMAN, Z. (1998b). **Work, consumerism and the new poor**. Buckingham – Philadelphia: Open University Press.
- BAUMAN, Z. (2000). **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- BAUMAN, Z. (2006). **Vita Líquida**. Roma-Bari, Italia: Editori Laterza.
- BAUMAN, Z. (2007). **Liquid Times. Living in an age of uncertainty**. Cambridge: Polity Press.
- CASACA, S. F. (2005). **Flexibilidade, trabalho e emprego**: - ensaio de conceptualização. SOCIUS Working Papers. Lisboa: ISEG/UTL, 10.
- CASTILLO, J. J. (1998). “Em busca do trabalho perdido (e de uma sociologia capaz de encontrar...)”. In. Kovacs, I. e Castillo, J. J., **Novos modelos de produção**: Trabalhos e pessoas. Oeiras: Celta Editora.
- CASTEL, R. (1995). **Les Métamorphoses de la question sociale, une chronique du salariat**. Paris: Fayard.
- CINGOLANI, P. (2006). **La precarité**. Paris: PUF.
- ESTANQUE, E. (2005). “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 71, junho, pp. 113-140.
- FOUCAULT, M. (1987) **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.
- FRASSA, J. (2008) “Tendencias globales y locales em lós nuevos modelos de producción y organización del trabajo. Apuntes para la discusión”, **Trabajo y sociedad indagaciones sobre el trabajo, la cultura y las prácticas políticas en sociedades segmentadas**, nº 11, vol. X, Primavera 2008, Santiago del Estero, Argentina.

GARRIDO, A. (coord.) (2006). **Sociopsicología del trabajo**. Barcelona: Editorial UOC.

KOVÁCS, I *et al.* (2006). “Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias.” SOCIUS Working Papers. Lisboa: ISEG/UTL, 8.

SANTOS, B. DE S. (2001). “Os processos de globalização”. *In*: Santos, B. S. (org.), **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** Porto: Afrontamento, 31-106.

TONÍ, M. (2003). “Visões sobre o trabalho em transformação”. **Sociologia**, ano 5, n<sup>o</sup>, jan/jun, p. 246-286.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

SILVA, T. F.; AQUINO, C. A. B.; LIMA, I. E. P. Trabalhadores Líquidos? Reflexões Sobre o Trabalho a Partir do Pensamento Bauman. **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 8, art. 11, p. 228-243, ago. 2023.

Contribuição dos Autores	T. F. Silva	C. A. B. Aquino	I. E. P. Lima
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X